

# Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 32.206.435/0001-83



### Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **1. Conjuntura econômica:** Ao final de 2019, a economia brasileira apresentava sinais de retomada de crescimento. Ao longo do ano, diversos impactos – evento Brumadinho, crise na Argentina, desaceleração global – prejudicaram um processo mais firme de recuperação. Fatores pontuais impulsionaram o crescimento no segundo semestre, com destaque para a liberação dos saques do FGTS/PIIS, que, ao lado de uma melhoria das condições financeiras, favoreceram a expansão do crédito e incrementaram o consumo das famílias. Os investimentos também ganharam força no período, beneficiados pela elevação da confiança dos empreendedores, que se seguiu à aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas com reformas focadas no endereçamento do quadro fiscal brasileiro. Com essa recuperação relativa, a economia, que iniciou 2019 em ritmo lento, deve encerrar o ano com uma expansão do PIB entre 1,0% e 1,2%. O ano de 2019 deixou também heranças positivas que devem contribuir para um ambiente mais favorável à sustentação e crescimento. A expectativa é que a inflação em 2020, medida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), seja menor do que a de 2019, que foi afetada por diversos choques de preços no final do ano, cujos efeitos devem arrefecer ao longo de 2020. A taxa básica de juros da economia (Selic) recuou de 6,5% no início do período para 4,5% em dezembro/2019, refletindo o quadro de inflação mais confortável e o crescimento econômico moderado. Houve uma mudança importante no perfil do crédito oficial, conforme visto em retomadas anteriores, passou-se para um crescimento dirigido pelos investimentos privados e pelo consumo das famílias. Esse comportamento, mais saudável e sustentável se

comparado a ciclos anteriores, elevou as expectativas para o crescimento do PIB em 2020, denotando um ambiente mais positivo para o ano. **2. Principais informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2019	2018	Δ
Receita da intermediação financeira	3,3	1,8	80,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	42,1	26,4	59,3%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	45,4	28,3	60,5%
<b>Lucro líquido</b>	<b>34,1</b>	<b>27,0</b>	<b>26,2%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** A receita da intermediação financeira foi de R\$3,3 milhões em 2019, aumento de 80,1% em relação a 2018. A linha de outras receitas e despesas operacionais totalizou R\$42,1 milhões, aumento de 59,3% em comparação ao ano anterior, atingindo R\$45,4 milhões. O lucro líquido totalizou R\$34,1 milhões, crescimento de 26,2% em comparação a 2018. **4. Distribuição do resultado:**

Descrição (R\$ milhões)	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	45,4	28,3
(-) Impostos e contribuições	9,9	2,3
(-) Participações	8,4	-3,8
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>34,1</b>	<b>27,0</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-1,7	-1,4
<b>Dividendos distribuídos</b>	<b>32,4</b>	<b>25,7</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>8,1</b>	<b>6,4</b>
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>-</b>	<b>6,4</b>
(-) Dividendos intercalares pagos e imputados aos dividendos obrigatórios	-	8,1
<b>(-) Dividendos obrigatórios</b>	<b>8,1</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos adicionais</b>	<b>24,3</b>	<b>19,2</b>
<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>32,4</b>	<b>25,7</b>
<b>Total dos dividendos</b>	<b>32,4</b>	<b>25,7</b>

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>162.600</b>	<b>42.703</b>
Disponibilidades	5	68	52
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	135.463	31.116
Carteira própria	5	135.463	31.116
Outros créditos	6	27.036	11.535
Rendas a receber	6	25.343	8.806
Diversos	7	1.693	2.729
Outros bens e valores	8	143	143
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>20.571</b>	<b>19.499</b>
Outros créditos	9	20.571	19.499
Diversos	7	20.571	19.499
<b>Permanente</b>		<b>25.469</b>	<b>23.544</b>
Investimentos	8	24.973	22.886
Participação em controlada - No País	8	24.959	22.872
Outros investimentos	9	14	14
Imobilizado	10	56	64
Intangível	10	440	594
<b>Total do ativo</b>		<b>208.640</b>	<b>85.746</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2º Semestre/2019	2019	2018
<b>Receita da intermediação financeira</b>		<b>2.373</b>	<b>3.329</b>	<b>1.848</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	2.373	3.329	1.848
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>2.373</b>	<b>3.329</b>	<b>1.848</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>20.633</b>	<b>42.058</b>	<b>26.405</b>
Receitas de prestação de serviços	16	32.241	46.888	23.297
Despesas de pessoal	17	(13.366)	(19.430)	(13.568)
Outras despesas administrativas	18	(7.930)	(12.464)	(9.111)
Despesas tributárias	19	(2.261)	(3.373)	(1.778)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	11.937	30.326	27.914
Outras receitas operacionais	19	287	604	1.335
Outras despesas operacionais	20	(275)	(493)	(1.684)
<b>Resultado operacional</b>		<b>23.006</b>	<b>45.387</b>	<b>28.253</b>
Resultado não operacional		-	-	33
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>23.006</b>	<b>45.387</b>	<b>28.286</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(1.745)</b>	<b>(2.888)</b>	<b>2.508</b>
Imposto de renda	21	(1.750)	(2.135)	(1.159)
Contribuição social	21	(1.115)	(1.359)	(1.190)
Ativo fiscal diferido	21	1.120	606	3.857
<b>Participações no lucro</b>		<b>(6.899)</b>	<b>(8.415)</b>	<b>(3.788)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>14.362</b>	<b>34.084</b>	<b>27.006</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>46.249.559</b>	<b>46.249.559</b>	<b>17.166.837</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<b>0,31</b>	<b>0,74</b>	<b>1,57</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (em milhares de reais)

Descrição	2º Semestre/2019	2019	2018
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>23.006</b>	<b>45.387</b>	<b>28.286</b>
<b>Mais</b>			
Depreciações e amortizações	101	201	104
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações cíveis e trabalhistas	166	415	990
Incentivo de ações	329	633	1.265
Outros	-	-	19
<b>Menos</b>			
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(230)	(468)	(1.128)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(11.937)	(30.326)	(27.914)
Outros	(22)	(64)	(78)
<b>Atividades operacionais</b>			
Varição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(103.990)	(104.344)	(4.403)
Varição de outros créditos	(15.643)	(15.346)	13.289
Varição de outros valores e bens	(16)	(34)	-
Varição de outras obrigações sociais e estatutárias	8.095	1.681	-
Varição de outras obrigações fiscais e previdenciárias	4.043	3.506	72,58
Varição de outras obrigações diversas	(2.741)	(1.518)	(24.073)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	27.545	20.294
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.180)	(1.597)	(743)
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(100.019)</b>	<b>(74.329)</b>	<b>13.566</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado	-	-	52
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	100.000	100.000	-
Pagamento de dividendos	-	(25.655)	(13.611)
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>100.000</b>	<b>74.345</b>	<b>(13.611)</b>
<b>Varição líquida do caixa</b>	<b>(19)</b>	<b>16</b>	<b>7</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial</b>	<b>87</b>	<b>52</b>	<b>45</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - saldo final</b>	<b>68</b>	<b>68</b>	<b>52</b>
<b>Aumento / (redução) nas disponibilidades</b>	<b>(19)</b>	<b>16</b>	<b>7</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala II, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e o mercado de crédito. A Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA SAÚDE), que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. (SASA) e suas controladas, que é tratado pelo termo "SulAmérica". A SASA tem como principal acionista a Sulaspar Participações S.A. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 21/02/2020, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A SASA também divulgou fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou, nesta data, contrato para a realização de investimento de R\$100 milhões na Orama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Orama"). O investimento ocorrerá mediante capitalização pela Companhia na O10 Participações S.A. ("O10"), controladora da Orama. Após a conclusão da aquisição, a Companhia terá participação de 25% no capital social total e votante da O10. Em 15/10/2019, a operação foi aprovada pelo CADE, aguardando ainda aprovação do BACEN e demais condições precedentes previstas no contrato, e que em 31/12/2019, ainda não foram cumpridas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Conselho de Administração manifestou-se, favoravelmente, a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 20/02/2020. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo a longo prazo, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente; **3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo:** **3.2.1. Manutenção do valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem a venda e frequentes e com prazo de vencimento inferior a 12 meses são contabilizados pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o seguinte aspecto: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.4. Imposto de renda e contribuição social:** Os impostos de renda e contribuição social são reconhecidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.5. Provisões para ações cíveis e trabalhistas:** As provisões para ações cíveis e trabalhistas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.6. Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o seguinte aspecto: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** Os impostos de renda e contribuição social são reconhecidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.8. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente no âmbito das atividades operacionais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leve em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possui pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Resposta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas. A preparação das demonstrações financeiras é baseada em percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dispendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes



continuação

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | CNPJ 32.206.435/0001-83

Descrição	2019					2018				
	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Aplicações financeiras</b>	4.581	15.642	5.910	58.673	50.651	135.457	135.463	6	135.463	
Títulos para negociação	4.581	-	-	-	-	4.581	4.581	-	4.581	
Disponível para venda	-	15.642	5.910	58.673	50.651	-	130.882	130.882	6	130.882

5.1. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluindo o Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA. **Nível 2: Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	2019		2018
	Nível 1	Nível 2	
<b>Ativos financeiros</b>			
Títulos para negociação	-	4.581	4.581
Disponível para venda	130.882	-	130.882
<b>Total</b>	<b>130.882</b>	<b>4.581</b>	<b>135.463</b>

Descrição	2018		2017
	Nível 1	Nível 2	
<b>Ativos financeiros</b>			
Títulos para negociação	-	2.137	2.137
Disponível para venda	28.979	-	28.979
<b>Total</b>	<b>28.979</b>	<b>2.137</b>	<b>31.116</b>

### 6. Outros créditos - rendas a receber:

Descrição	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Taxa de administração - fundos	2.584	1.355		
Taxa de performance - fundos (a)	14.458	45		
Carteria administrada	7.550	6.887		
Dividendos a receber	7.550	6.887		
<b>Total</b>	<b>25.343</b>	<b>8.806</b>		

(a) O aumento é referente à melhora na performance dos fundos de investimento em comparação com o exercício anterior. **7. Outros créditos - diversos:**

Descrição	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1)	7.363	6.759		
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.2)	1.714	2.473		
Depósitos judiciais (nota 12)	13.014	12.544		
Outros	173	452		
<b>Total</b>	<b>22.264</b>	<b>22.228</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.693</b>	<b>2.729</b>		
<b>Longo prazo</b>	<b>20.571</b>	<b>19.499</b>		

7.1. Créditos tributários de impostos e contribuições: Em 31/12/2019 e 2018, os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2018		Realização 31/12/2018		Saldo em 31/12/2018	
	01/01/2018	Constituição	Realização	31/12/2018	01/01/2019	31/12/2019
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	4.569	979	(2.602)	2.946	2.946	
Redução ao valor recuperável de créditos	38	30	(64)	4	4	
Provisões	1.891	615	(73)	1.733	1.733	
Participações nos lucros	303	303	(290)	316	316	
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>6.801</b>	<b>1.927</b>	<b>(3.729)</b>	<b>4.999</b>		
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	2.642	-	2.642	2.642	
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>6.801</b>	<b>4.569</b>	<b>(3.729)</b>	<b>7.641</b>		
Atualizações de depósitos judiciais	(3.642)	(257)	3.017	(882)	(882)	
Ajuste a valor de mercado	(4)	(1)	5	(82)	(82)	
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(3.646)</b>	<b>(258)</b>	<b>3.022</b>	<b>(882)</b>		
<b>Total</b>	<b>3.155</b>	<b>4.311</b>	<b>(707)</b>	<b>6.759</b>		

### 11. Partes relacionadas: 11.1. Transações:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2019	2018	2019	2018
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	1.322	690
Sul América Capitalização S.A. (b)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	72	51	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (b)	Controladora indireta	Sul América S.A.	2	2	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (d) (f) (g)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	349	203	8.147	6.421
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (f) (g)	Controladora	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	7.582	6.888	146	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	180	434	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (f)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	132	101	5	5
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América S.A.	86	49	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1	-	-	-
Sul América Participações e Investimentos S.A. (b)	Ligada	Sul América Holding S.A.	1	-	-	-
<b>Total</b>			<b>8.404</b>	<b>7.728</b>	<b>9.620</b>	<b>7.116</b>

11.2. Remuneração da administração: O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Descrição	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego		Incentivo de ações (a)		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
<b>Contas a pagar</b>							
Exercício findo em 31/12/2019	7.496	-	-	-	1.322	8.818	
Exercício findo em 31/12/2018	3.753	-	-	-	690	4.443	
<b>Despesas</b>							
Exercício findo em 31/12/2019	(9.543)	(120)	(633)	(10.296)			
Semestre findo em 31/12/2019	(8.361)	(58)	(329)	(8.748)			
Exercício findo em 31/12/2018	(2.844)	(119)	(1.265)	(4.228)			

(a) Despesa reembolsada à SASA referente a incentivo em ações a seus executivos (vide nota 3.7).

12. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais: 12.1. Depósitos judiciais: Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica "Outros créditos - diversos" no ativo realizável a longo prazo (vide nota 7), e são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
<b>Tributárias:</b>				
COFINS	5.164	5.007		
PIS	908	881		
Imposto de renda	4.365	4.225		
Outros	170	165		
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>				
Ações trabalhistas	2.407	2.266		
<b>Total</b>	<b>13.014</b>	<b>12.544</b>		
<b>Longo prazo</b>	<b>13.014</b>	<b>12.544</b>		

12.2. Movimentações das provisões para ações judiciais: Os saldos das provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais estão contemplados na rubrica "Outras obrigações - diversas" no exigível a longo prazo (vide nota 10). A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 01/01/2018		Atualização monetária		Pagamentos / baixas		Saldos em 31/12/2018	
	01/01/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	01/01/2019	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>								
Cíveis	26	-	-	(26)	-	-	-	-
Trabalhistas	1.845	1.435	137	-	-	-	3.417	
Honorários	3	-	-	(3)	-	-	-	
<b>Subtotal</b>	<b>1.874</b>	<b>1.435</b>	<b>137</b>	<b>(29)</b>	<b>(29)</b>	<b>(29)</b>	<b>3.417</b>	
<b>Tributárias:</b>								
PIS	303	-	9	-	-	-	312	
COFINS	1.469	-	42	-	-	-	1.511	
CSLL	16.056	1.096	542	(17.694)	-	-	16.056	
Imposto de renda	4.010	-	146	-	-	-	4.156	
Honorários	795	24	114	(6)	-	-	927	
<b>Subtotal</b>	<b>22.633</b>	<b>1.120</b>	<b>853</b>	<b>(17.700)</b>	<b>(17.700)</b>	<b>(17.700)</b>	<b>6.906</b>	
<b>Total</b>	<b>24.507</b>	<b>2.555</b>	<b>990</b>	<b>(17.729)</b>	<b>(17.729)</b>	<b>(17.729)</b>	<b>10.323</b>	
<b>Circulante</b>							<b>174</b>	
<b>Longo prazo</b>							<b>10.149</b>	

**Conselho de Administração:** Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria:** Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretor Vice-Presidente:** Marcelo Pimentel Mello. **Diretores:** Emil Andery; Laenio Pereira dos Santos; Leopoldo Vieira Barreto Júnior; Luiz Felipe Roxo Bichlini; e Reinaldo Amorim Lopes. **Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ. 076.168/O-7.

### Resumo do Relatório de Auditoria - Gestão de Risco

No 2º semestre de 2019, a Auditoria Interna realizou auditoria regulatória - Relatório RAR 011/2019 - Revisão das Estruturas de Gestão de Riscos e de Capital - Sul América Investimentos DTVM S.A. (Resolução BACEN 4.557/2017) e o follow-up dos pontos identificados nas duas auditorias preventivas - relatórios RAP 011/2018 - Investimentos (SAMI) e RAP 001/2019 - Investimentos (SAMI), nos processos que suportam as operações relacionadas à atividade de gestão de recursos das reservas e de terceiros da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. cujos resultados destes follow-ups estão sendo apresentados nas reuniões do Comitê de Auditoria da SAMI. Na auditoria regulatória de 2019 foram identificados 5 pontos de atenção, cujos planos de ação apresentados para saná-los encontram-se em andamento e estão previstos para serem implementados pela Administração até 31/03/2020. Os pontos de auditoria identificados nos exames anteriores encontram-se devidamente implementados, exceto 1 recomendação relacionada à implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que encontra-se

satisfatoriamente em andamento, com prazo de conclusão previsto para 28/02/2020. Atualmente, a referida estrutura encontra-se adequada aos negócios da instituição e aos dispositivos constantes da Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional. O gerenciamento de risco de mercado dos fundos geridos pela Sul América Investimentos é feito pela Superintendência de Risco e Compliance, através do cálculo do VaR Paramétrico (Fundos de Investimentos e Carteiras) e B-VaR (Fundos de Ações e Indexados de Junho de 2009). Essa avaliação é aplicada em todos os fundos abertos, exclusivos e de carteiras administradas. O cálculo do VaR é feito através do Sistema MITRA considerando-se um nível de confiança de 95%, sendo que a Volatilidade e a Matriz de Correlação são calculados pelo procedimento conhecido por EWMA (Volatilidade histórica com alinhamento exponencial que significa atribuir maior peso às observações mais recentes, que permite aumentar a velocidade da reação a choques) com lambda = 0.94. Como possuímos clientes cujos mandatos e regulamentos possuem critérios e metodologias específicos de cálculo de risco de mercado, utilizamos as regras

adequadas para cada política de investimentos destes clientes. As vantagens em se utilizar o VaR como instrumento de gerenciamento de Risco de Mercado, dentre outras, são: a fácil assimilação conceitual, a fundamentação bastante simples (basta considerar as posições dos fundos, as volatilidades dos ativos e as correlações entre eles) e o fato de poder interpretar, em um único número, o risco total da carteira de investimento sob análise. Adicionalmente, visando tornar o gerenciamento de Risco de Mercado abrangente e completo é utilizada, além do VaR, a metodologia de Stress Test, através de cenários independentes calculados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Para o acompanhamento de enquadramento dos limites de exposição definidos pela legislação, regulamento, política de investimentos ou mandato do fundo/eu carteiras de investimentos é utilizado o Sistema de Controles de Enquadramento, denominado Mitra Controle, também desenvolvido em conjunto com a empresa Luz Engenharia, São Paulo, 30 de janeiro de 2020. Emil Andery - Diretor de Auditoria Interna; Valquíria de Souza Farias - Superintendente de Auditoria Interna.

### Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Verificou que as auditorias interna e independente e o sistema de controles internos atendem às necessidades da Companhia e ao disposto na Resolução CMN nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das referidas auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Avaliou, juntamente com a administração da Companhia, a revisão

preventiva nos processos e sistemas vinculados à atividade de gestão de recursos próprios e de terceiros, os quais também suportam as operações relacionadas à atividade de gestão de recursos das reservas e de terceiros, contemplando a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos principais processos sob gestão da Companhia. Verificou que, das recomendações sugeridas pela auditoria interna para os pontos reportados no relatório RAP 01/2019 (Revisão dos processos da BU Investimentos) todas foram implementadas e dos pontos de atenção reportados no relatório RAR 011/2019 (Revisão das Estruturas de Gestão de Riscos e de Capital), 1 (um) foi devidamente implementado e 4 (quatro) encontram-se em fase de implementação, concluindo o Comitê que a referida estrutura encontra-se adequada aos negócios da Companhia e observa o dispositivo da Resolução CMN nº 4.557/2017. A Com base

nas informações das auditorias interna e independente, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável, tendo sido apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e, com isso, aptas para publicação. São Paulo, 18 de fevereiro de 2020. Marcelo Pimentel Mello - Membro; Gabriel Portella Fagundes Filho - Membro; Emil Andery - Membro; e Laenio Pereira dos Santos - Membro.

Descrição	Saldo em 01/01/2019		Atualização monetária		Pagamentos / baixas		Saldo em 31/12/2019	
	01/01/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	01/01/2020	31/12/2019	01/01/2020	31/12/2019
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>								
Cíveis	-	3	-	(3)	-	-	-	-
Trabalhistas	3.417	209	180	-	-	-	3.806	
<b>Subtotal</b>	<b>3.417</b>	<b>212</b>	<b>180</b>	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>	<b>3.806</b>	
<b>Tributárias:</b>								
PIS	312	-	8	-	-	-	320	
COFINS	1.511	-	39	-	-	-	1.550	
Imposto de renda	4.156	-	138	-	-	-	4.294	
Honorários	927	-	50	(76)	-	-	901	
<b>Subtotal</b>	<b>6.906</b>	<b>-</b>	<b>235</b>	<b>(76)</b>	<b>(76)</b>	<b>(76)</b>	<b>7.065</b>	
<b>Total</b>	<b>10.323</b>	<b>212</b>	<b>415</b>	<b>(79)</b>	<b>(79)</b>	<b>(79)</b>	<b>10.871</b>	
<b>Circulante</b>							<b>140</b>	
<b>Longo prazo</b>							<b>10.731</b>	



continuação

**Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | CNPJ 32.206.435/0001-83****Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são

obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJRoberto Paulo Kenedi  
Contador  
CRC nº 1 RJ 081401/O-5**Deloitte.**

## REVISÕES

# Bolsonaro defende o atraso no envio da reforma administrativa ao Congresso

Guedes disse que o presidente está revisando o texto para não ter que pedir modificações aos parlamentares

O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou ontem que a reforma administrativa está "madura", embora ainda não esteja pronta. Ele também defendeu o atraso no envio da proposta ao Congresso. Segundo ele, de nada adianta o governo enviar a matéria e depois ter que pedir modificações no texto aos parlamentares.

Antes, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que Bolsonaro "está dando uma olhada na reforma administrativa" e que o governo vai fazer "umas mexidas (no texto) que são corretas".

Guedes também disse que é "normal" Bolsonaro pedir modificações em trechos que não considera corretos. O ministro citou como exemplo a possível exigência de que os funcionários públicos não tenham filiação partidária.

Guedes aproveitou as recentes divergências entre o governo e o Congresso para defender a aprovação das reformas e do Novo Pacto Federativo. Segundo ele, é



Bolsonaro afirma que a reforma está madura, embora ainda não esteja pronta com algumas modificações por fazer

preciso "transformar um aparente desentendimento" em algo construtivo.

Durante cerimônia de lançamento da nova linha de crédito imobiliário da Caixa, o ministro da Economia passou uma série de recados ao Legislativo. Guedes falou que "pode

haver exagero de um lado ou outro", que "todo mundo fica nervoso" ao discutir questões orçamentárias, mas que não vale a pena brigar por cerca de R\$ 10 bilhões quando há possibilidade do pacto federativo dar mais autonomia para Estados e municípios.

Guedes destacou que as reformas "têm várias dimensões" e que a classe política também está convidada para entrar nas discussões sobre pacto federativo. "Façamos as reformas e aí teremos 100% do orçamento para discutir e construir juntos", declarou.

Esta semana, ao reclamar da suposta "chantagem" que o presidente Jair Bolsonaro sofre do Parlamento, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, acabou expondo o descontentamento de deputados e senadores com Guedes.

Na avaliação da cúpula do Congresso, Heleno e Guedes são hoje os novos integrantes da "ala ideológica" do governo e insultam Bolsonaro contra os parlamentares. "Esse empurra-empurra (entre governo e Congresso sobre o orçamento) é normal", minimizou Guedes.

Em linha de raciocínio semelhante ao que diz Heleno, Guedes falou que se o orçamento impositivo for grande demais, fica parecendo que o País está em um "parlamentarismo branco", mas que o outro extremo também não é satisfatório para o Congresso. Guedes afirmou, ainda, que é preciso respeitar quem ganhou a eleição. "Espera três anos e tenta de volta", declarou.

Bolsonaro afirmou ainda que os Correios "caminham para a privatização". "Até por-

que foram foco no passado de grandes escândalos. E também é monopólio que não pode ter prejuízo", disse.

No discurso, Bolsonaro citou trocas de ministros que ocorreram nos primeiros 14 meses de governo, mas disse que todas as mudanças serviram para um "aperfeiçoamento".

Recentemente, ele mudou o comando do Ministério da Casa Civil e da Cidadania. "Os (ministros) que nos deixaram, foram cumprir missões em outros locais, como os Correios, que ao retrasado (ele quis dizer ano passado) deu um pequeno lucro depois de muito déficit", disse.

Sem citar quais, ele falou que algumas instituições não serão privatizadas na sua gestão. Mas enfatizou que os Correios devem ser desestatizados. "Se bem que algumas instituições não serão privatizadas enquanto eu for presidente. Mas os Correios caminham para a privatização. Até porque foram foco no passado de grandes escândalos. E também é monopólio que não pode ter prejuízo."

## CUSTO POLÍTICO

# Governo prevê enviar a proposta para o Parlamento avaliar só depois do carnaval

Não passou de promessa. O Congresso foi informado pelo governo que o texto da reforma administrativa não será mais enviado ao Parlamento nesta semana. A versão mais atual da novela prevê que o texto só chegue ao Legislativo após o carnaval.

Na sexta-feira, o presidente Jair Bolsonaro prometeu que encaminharia ontem o texto à Câmara. Era uma resposta à inquietação causada em todo o mercado, por causa da indefinição do Palácio do Planalto sobre a medida.

A reforma administrativa é um dos pilares da política econômica. A proposta, que tem

sido chamada de "reforma do RH do serviço público", prevê uma série de mudanças nas carreiras e na forma de contratação dos novos servidores. Por determinação de Bolsonaro, a reforma não vai atingir a estabilidade ou os salários dos servidores públicos que já estão na ativa.

A reforma escrita pela equipe econômica de Paulo Guedes está na gaveta de Bolsonaro desde o ano passado. Há meses o ministro da Economia tem pressionado para que o texto seja enviado aos parlamentares, mas o Palácio do Planalto tem resistido em emplacar a reforma, receoso

do custo político que as discussões possam causar para Bolsonaro, em pleno ano de campanha municipal.

Nesta semana, essa pressão ganhou força depois de o próprio Palácio do Planalto confirmar que o envio da proposta não tinha mais data para ocorrer, isso depois de três adiamentos. Bolsonaro, então, fez um gesto de afago a Guedes, se comprometendo a "passar a noite" estudando o texto. Mais uma vez, porém, o texto não saiu do Palácio.

Por trás do vaivém do governo está o cálculo do custo político de sua proposta. A equipe econômica

defende a ideia de que novos concursos públicos só sejam realizados após o Congresso aprovar a reforma. Processos seletivos serão paralisados até que a nova proposta seja chancelada pelos parlamentares.

A avaliação é que o "estranhamento" natural dos serviços públicos, decorrente de um grande número de pedidos de aposentadoria neste e nos próximos anos, faça com que as próprias categorias aceitem a reforma, para que voltem a contar com novas vagas nos órgãos federais.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ),

declarou que não vê necessidade de ter a reforma aprovada para que concursos sejam realizados. Ao comentar o assunto, Bolsonaro disse que não pode ser "irresponsável" e abrir concursos públicos desnecessários. O presidente reforçou que os servidores atuais não vão "perder nada" com as mudanças que virão, mas disse que o quadro público atual está "inchado" e que, sendo assim, novos concursos só serão realizados caso se mostrem essenciais.

"Se tiver necessidade, a gente vai abrir concurso, mas não podemos ser irresponsáveis de abrir concursos que

poderão ser desnecessários", disse Bolsonaro, no início da semana.

O presidente já foi alertado que a decisão de não enfrentar uma nova "agenda negativa" com a proposta pode sair mais caro, por causa dos impactos na economia, comprometendo até seus planos futuros de reeleição.

Apesar dos sinais trocados sobre o assunto, Rodrigo Maia disse que acredita na possibilidade de ver as reformas administrativa e tributária aprovadas ainda no primeiro semestre deste ano, sem que sejam comprometidas pelas eleições de outubro.

## RECEITAS ATÍPICAS

# Arrecadação de tributos federais em janeiro bate recorde com soma de R\$ 174,991 bilhões

O governo começou 2020 com recorde na arrecadação de tributos federais. Em janeiro, a arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 174,991 bilhões, um aumento real (já descontada a inflação) de

4,69% na comparação com o primeiro mês de 2019. O valor arrecadado no ano passado foi o melhor da história para o mês, de acordo com a Receita Federal.

Nem o mais otimista dos analistas do mercado finan-

ceiro previu uma arrecadação tão forte no primeiro mês de 2020.

O resultado de janeiro superou o teto das expectativas de 23 instituições ouvidas pela reportagem. O intervalo ia de R\$ 122,440 bilhões a R\$

174,700 bilhões, com mediana de R\$ 167,500 bilhões.

De acordo com a Receita Federal, a alta tem relação com o crescimento de 16,45% na arrecadação do IRPJ/CSLL e de arrecadação atípicas de R\$ 2,8 bilhões, além do aumento

da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física relacionado ao ganho de capital e ganhos líquidos de operações em bolsa.

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia de R\$

8,212 bilhões em janeiro de 2020, valor maior do que no mesmo mês de 2019, quando ficou em R\$ 7,872 bilhões.

Só a desoneração da folha de pagamentos custou aos cofres federais R\$ 860 milhões em janeiro.